

Os farofeiros da Constituinte

Augusto Nunes

O deputado Ulysses Guimarães acaba de sofrer, agora pelo lado esquerdo, uma violência semelhante à que lhe foi imposta na campanha eleitoral de 1978, no interior da Bahia, por tropas e cães pastores mobilizados então pelo governador Roberto Santos (hoje, graças às voltas que o mundo dá — e às espertezas que a política sugere —, um eminente ministro do PMDB.) Há anos, os latidos dos cães e as baionetas da PM impediram Ulysses de falar aos baianos. Há pouco dias, o rosar de militantes da CUT acotovelados no Congresso impediu que Ulysses falasse na própria casa que preside.

Na parede de um dos muitos gabinetes do nosso multipresidente, uma fotografia caprichosamente emoldurada registra a épica cena de 1976: dedo em riste, rosto crispado de indignação, Ulysses, à frente de uma pequena procissão de correligionários no tanto assustadiços, repreende com aspereza os soldados do arbitrio. Já as fotos desta semana não merecem adornar parede alguma. Um exibem a fisionomia cansada e perplexa de um homem surpreendido pelos insultos e vaias de legítimos filhos da CUT. Outras mostram Ulysses amparado por chefes sindicalistas que não sabem conter seus meninos zangados. São, todas, fotos tristes.

Mais triste ainda é constatar que, onde nossos visionários de esquerda enxergam “manifestações populares destinadas a pressionar os trabalhos da Constituinte”, existem apenas medíocres performances de grupos que cabem num punhado de ônibus, quase sempre marcadas pela grosseria e pelo desapego às mais elementares regras democráticas. Nossas praias costumam ser castigadas pelos maus modos dos farofeiros. Brasília tem sido assolada pelos farofeiros da Constituinte, num desfile que parece seguir o modelo consagrado pelas Escolas de Samba.

Temos, assim, a ala da CUT, encarregada de entoar trechos especialmente pesados do samba-enredo. Mas temos também a ala dos índios (cujas alegorias evocam o

Caciques de Ramos), a ala das baianas (naturalmente contrárias à divisão da terra de Castro Alves em dois estados) e assim por diante. A julgar pelo que se tem visto na praça dos Três Poderes, a chamada sociedade civil brasileira, entre outras tantas singularidades, é dividida em alas. Como o desfile está em seu começo, e a passagem dos estandartes que estampam as “emendas populares” se estenderá até novembro, o espetáculo promete muita animação.

Não deixa de ser um bom castigo para os constituintes. Se tivessem assumido por inteiro a tarefa para a qual foram eleitos — forjar uma Constituição adequada ao Brasil do fim do milênio —, os pais da pátria hoje provavelmente não estariam expostos às cafajustadas das alas em desfile. A demagogia soprou-lhe aos ouvidos, contudo, que a esperteza das “emendas populares” seria uma boa maneira de exibir ao país a irreprimível vocação democrática do Congresso e, de quebra, demitir-se da apresentação de algumas propostas mais cabeludas.

Se esperavam que o povo decidisse por eles, deram-se mal. Convidados a subscrever emendas, os brasileiros mostraram que há assinaturas para tudo, num banho de tinta que freqüentemente chancelou idéias opostas. Se milhares de jamegões endossam a liberação do aborto, outros tantos pretendem proibi-lo por completo. Se alguns metros de papel agrupam nomes de eleitores favoráveis à reforma agrária, outras pilhas de páginas reivindicam o eterno congelamento dos campos. E viva o Brasil.

Assim, a bola acabou voltando ao Congresso, com uma agravante: excitadas pela liberalidade das regras do jogo, algumas facções da platéia resolveram entrar em campo e tentar seus próprios chutes. Como não são do ramo, freqüentemente atingem testas alheias. O caso da manifestação da CUT contra o doutor Ulysses demonstra que nem mesmo o juiz está livre de pontapés.

Augusto Nunes é diretor regional do JORNAL DO BRASIL em São Paulo

JORNAL DO BRASIL